

ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA E AÇÕES ANTIRRACISTAS: ENSINO DE GEOGRAFIA NO TOCANTINS

Vânia Ferreira de Sousa

Secretaria da Educação do Tocantins – Seduc
Palmas, TO, Brasil
vaniaferreira2104@gmail.com

Rosemberg Ferracini

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
Uberaba, MG, Brasil
rosemberg.ferracini@uftm.edu.br

RESUMO

O respectivo artigo aborda o ensino de Geografia e ações educativas de combate ao racismo ambiental nas Escolas Família Agrícola do estado do Tocantins. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que seguiu a metodologia baseada no estudo e análises (de textos, artigos, dissertações, teses e livros) sendo complementada pela aplicação de um questionário semiestruturado aos professores de Geografia das EFAs. A organização dos dados demonstram que as escolas foram fundadas como resultados de reivindicações dos movimentos sociais, para atender crianças e jovens das comunidades rurais. Apreendeu-se que as mesmas são apoios fundamentais da agricultura familiar, incentivando a implantação de projetos de geração de renda, através de atividades diversificadas e sustentáveis. Como resultados, pode-se afirmar que o ensino de Geografia fortalece as ações antirracistas que passam pela educação formal, via a construção do conhecimento em saúde e acesso à água, moradia e alimentação, políticas públicas e formação humana. Conclui-se que os conteúdos de ensino passam pelo ensino técnico via o entendimento do acesso a terra que abordam os temas das potencialidades agrícolas como apicultura, olericultura, fruticultura, piscicultura e tração animal.

Palavras-chave: Escola Família Agrícola. Ensino. Geografia. Antirracismo.

AGRICULTURAL FAMILY SCHOOLS AND ANTI-RACIST ACTIONS: GEOGRAPHY TEACHING IN TOCANTINS

ABSTRACT

The respective article addresses the teaching of Geography and educational actions to combat environmental racism in the Agricultural Family Schools in the state of Tocantins. This is a qualitative research that followed the methodology based on the study and analysis (texts, articles, dissertations, theses and books) being complemented by the application of a semi-structured questionnaire to the Geography teachers of the EFAs. The organization of the data demonstrates that the schools were founded as a result of demands from social movements, to serve children and young people from rural communities. It was learned that they are fundamental support for family farming, encouraging the implementation of income generation projects, through diversified and sustainable activities. As a result, it can be said that the teaching of Geography strengthens anti-racist actions that go through formal education, through the construction of knowledge in health and access to water, housing and food, public policies and human formation. It is concluded that the teaching contents go through technical education through the understanding of access to land that address the themes of agricultural potential such as beekeeping, horticulture, fruit farming, fish farming and animal traction.

Keywords: Agricultural Family School. Teaching. Geography. anti-racism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT no ano de 2022. Nele é abordado como o

ensino de Geografia, atrelado às Escolas Família Agrícola no estado do Tocantins, ele contribui para ações de combate ao racismo ambiental. Consideramos racismo ambiental a negligência do Estado à população do campo. Essa população passa por riscos ambientais decorrentes de atividades humanas (ACSELRAD; BEZERRA; MELLO 2009).

Tomando-se por base o ensino de Geografia, cujos temas e conceitos não devem ser trabalhados de maneira isolada, os conteúdos geográficos serão construídos ao longo do trabalho de modo a propiciar possíveis confrontos com “conceitos científicos e conceitos cotidianos” (CAVALCANTI, 2002, p. 15). Sobre a criação dos conceitos e a importância deles para a compreensão dos espaços e suas relações, Cavalcanti (2002, p. 35) enfatiza que “o conhecimento mais integrado do espaço de vivência requer hoje, mais que antes, instrumentos conceituais que tornem possível apreender o máximo dessa espacialidade”. Em se tratando de escolas de regime de internato, nas quais a realidade é o mais importante, há omissão do Estado quanto à necessidade de educação para quem reside no campo. Há negação, ainda ao reconhecimento, à demarcação e à titulação coletiva da terra, representando sobretudo o racismo ambiental que corrobora os interesses do capital.

Assim como, no fortalecimento e na caracterização do racismo ambiental inclui-se a permissão para exploração e destruição da natureza, que se dá pela expansão do agronegócio – com monoculturas transgênicas da cana-de-açúcar e soja – e a omissão do Estado, diante de conflitos socioambientais. Do mesmo modo, esse racismo está presente nas violações, na luta pela terra, no processo de expulsão, na usurpação, nos impactos ambientais com os projetos das monoculturas transgênicas, nos complexos hidroelétricos, nas mineradoras, nas usinas de exploração e na lentidão para reconhecimento e titulação de terras quilombolas e indígenas. Diante dos fatos históricos, pode-se constatar também a negação de direitos básicos, como os de aprendizagem.

Os dados da pesquisa levantados em campo permitiram analisar a realidade na qual vivem os estudantes nas Escolas Família Agrícola – EFAs, no estado do Tocantins. O caminho para o desenvolvimento desta pesquisa ocorreu por meio de dados empíricos e bibliográficos, considerando a educação geográfica como uma das formas para a desconstrução do racismo ambiental presente no Estado.

As EFAs do Tocantins têm como propósito apoiar a agricultura familiar, incentivando a implantação de projetos de geração de renda, com atividades diversificadas e sustentáveis. Essas ações visam satisfazer o camponês em seus processos produtivos, de forma a possibilitar a expansão do trabalho familiar na propriedade rural. As EFAs são referência em educação, devido à formação integral dos cidadãos e abordam diferentes temas: tratamento da terra, cuidados com animais, vida no campo, qualidade e diversidade dos serviços prestados ao povo camponês.

Nesse sentido, a escolha de uma pesquisa sobre as Escolas Família Agrícola do Tocantins justifica-se pelas propostas diferenciadas de educação desenvolvidas nessas escolas, e pela omissão do Estado, fato que acaba por prejudicá-las. A omissão faz parte de um “esquecimento” histórico imposto à população camponesa, relegada à invisibilidade no Tocantins e no Brasil. Diante disso, as políticas de ensino precisam observar o campo e seus sujeitos como produtores de cultura e de desenvolvimento, baseados em suas realidades.

Ao estudar as didáticas das escolas agrícolas do Tocantins, pretende-se apontar a necessidade de um ensino de qualidade destinado às pessoas do campo. Para isso, intenciona-se contribuir com o debate sobre o racismo ambiental no ensino de Geografia, buscando ampliar as discussões sobre metodologias voltadas para o ensino básico e que sejam apropriadas aos sujeitos do campo, de forma a revelar seus potenciais pedagógicos, alcances e limites. A relevância desse estudo, em especial, reside na possibilidade de comunicação entre Universidade, Secretaria da Educação – Seduc (TO) e EFAs, no sentido de elucidar a preocupação com a preservação do meio ambiente, e com uma educação que problematize o racismo ambiental.

É PRECISO SER ANTIRRACISTA: O RACISMO AMBIENTAL

Para o fortalecimento do debate, iremos problematizar nesse tópico o que se pensar em termos de mudanças na educação, pois é preciso combater o racismo ambiental e para que isso aconteça, é necessário uma postura e ações antirracistas. Como educadores atuamos na luta antirracista e defendemos que todo sujeito precisa aceitar que falar de racismo no Brasil é entender as bases da formação territorial na qual ele foi construído. Para tal, consideramos como racismo ambiental as insuficiências de sistemas básicos na cidade, em particular nas periferias. Em leitura de Sodrê,

apreende-se que, desde a colônia, na condição de ex-escravo, “o negro era excluído dos privilégios da cidadania”, intensificando-se “as regras de segregação territorial, tradicionais na organização dos espaços brasileiros” (SODRÉ, 1988, p. 39). Não por acaso, a comunidade negra foi excluída da escola, sofrendo com a problemática histórica e social, em decorrência do escravismo e da ausência de políticas públicas básicas, o que fortaleceu a injustiça social, a discriminação racial no cotidiano, gerando o racismo ambiental.

Em leitura e estudos do censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os moradores portuenses são compostos por 49.146 habitantes, sendo 36.716 referentes à população preta, logo, 70% da população é preta. Os dados do IBGE de 2018 traduzem índices, números, percentuais, informações quantitativas e qualitativas e escancaram as disparidades raciais e estruturais. Nessa base de dados, encontra-se que 80% da população preta do Estado do Tocantins não tinha esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada à rede. Dessas, 36,5% possuíam baixa frequência de abastecimento inferior à diária; 50% localizadas nas oito regiões do Estado não tinham fossa séptica ou rudimentar; 60% residiam em domicílios particulares ocupados nos municípios, com presença identificada de aglomerados subnormais. Ou seja, os números e tabelas falam por si a respeito das desigualdades raciais e os indicadores que eles apresentam, quem não concordar, que brigue com os números. Afirmamos de antemão, que para estudar, é preciso condições políticas, econômicas e sociais para o enfrentamento dessas diferenças raciais.

Coincidentemente, em se tratando de Escolas no Campo que atendem os 80% de negros e pardos, não por acaso temos a austeridade educacional direcionada aos alunos das EFAs, o que denominamos aqui de racismo ambiental. Nesse sentido, para darmos continuidade às reflexões na escrita e na luta ao lado da população preta do Tocantins conforme já citado, concordamos com Abdias Nascimento (1980) quando diz que a realidade é o genocídio da população negra. Para Silvio de Almeida (2019, p. 48), tais dados demonstram o “racismo institucional pela omissão do Estado, e o racismo pela sua materialização na sociedade, pela falta básica aos serviços da vida”. Reafirmamos, o racismo ambiental com a privação aos direitos básicos como a educação para a população rural.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada inicialmente neste trabalho baseou-se em análises bibliográficas de artigos, livros, teses, dissertações, revistas e *sítes*. Além disso, foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos e textos relacionados ao ensino de Geografia e às EFAs do Tocantins (MARCONI e LAKATOS, 2010). Em seguida, aplicou-se um questionário semiestruturado para a coleta de dados.

Após os estudos dos textos, foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema da pesquisa. Buscou-se com isso ferramentas fundamentais para o desenvolvimento desse estudo, recebendo o auxílio apropriado, tanto de artigos de revistas científicas e monografias acadêmicas, retiradas da internet, quanto de mapas, com o propósito de adquirir mais informações a respeito do tema.

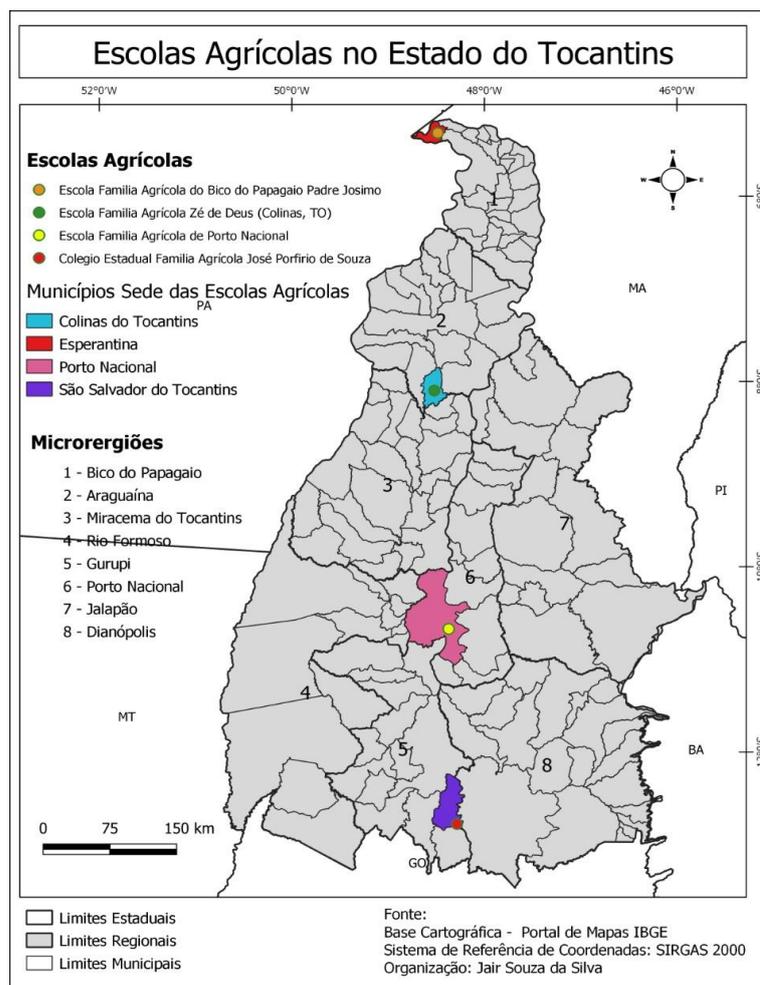
Trata-se de uma pesquisa de cunho participante, envolvendo a participação de quatro professores de Geografia que atuam no Ensino Fundamental – Anos Finais e no Ensino Médio Integral das EFAs do Tocantins. Posterior à interação com a realidade investigada, os pesquisadores problematizaram as dificuldades encontradas nas EFAs em relação às questões ambientais. Além disso, destacou-se a importância da função da escola e do poder público para o enfrentamento do racismo ambiental nas referidas instituições.

IDA A CAMPO

A introdução das EFAs no estado do Tocantins advém de reivindicações dos movimentos sociais no Tocantins, frente à realidade social e econômica do campo. A partir da década de 1990, com a mobilização desses movimentos, amplia-se o debate sobre uma educação para pessoas do campo conforme suas especificidades sociais, econômicas e políticas. Nesse aspecto, a proposta de criação de uma escola mais condizente com essa realidade foi um marco na garantia de alguns direitos, antes negados a essa população (LEITE, 1999).

As EFAs vêm se expandindo no Tocantins, atualmente estão presentes em quatro municípios e foram criadas em períodos distintos. Com o intuito de colaborar para o avanço socioeconômico de cada região, elas foram instaladas considerando a execução de propostas pedagógicas relevantes para o campo. Neste ponto, é fundamental fazer uma apresentação básica do seu espaço de fundação.

Figura 1 - Localização da EFAs do Tocantins, 2021.



Fonte - Os autores, 2021.

Conforme o mapa da Figura 1, os municípios sede das EFAs estão posicionados em linha vertical, norte – sul do estado do Tocantins, próximos à BR 153, onde se tem o maior fluxo de pessoas, mercadorias e intensa agropecuária. Devido à localização estratégica dessas EFAs são contemplados estudantes de todas as regiões do Estado.

Nesse contexto, a execução de medidas educacionais de assistência desenvolvidas no Tocantins, intenciona reparar as dificuldades socioeconômicas sofridas na região norte do antigo Goiás, anterior a criação do estado do Tocantins. Devido ao esquecimento e abandono, aos quais viviam as pessoas que residem no campo, iniciativas tornaram-se um desafio para a administração pública e geraram expectativas na população tocantinense.

Em um primeiro momento, observa-se que os problemas fundiários no Tocantins tiveram sua fase mais aguda na década de 1980, com a ocorrência de inúmeros conflitos pela posse de terras, os quais levaram à morte muitos trabalhadores rurais da região. O norte do estado do Tocantins, mais especificamente a microrregião do Bico do Papagaio e os municípios pertencentes à região do Médio Araguaia – Colinas do Tocantins, Colmeia, Pequizeiro, Juarina e Couto Magalhães, ficaram conhecidos nacionalmente pela violência no campo (LIMA, 2015).

Numa perspectiva de luta contra a exploração da terra, os movimentos sindicais, sociais, locais, e algumas instituições, como a Comissão Pastoral da Terra – influenciada pela igreja católica, foram suportes indispensáveis aos camponeses, na década de 1980, durante as lutas pela terra na região do antigo norte de Goiás, hoje, estado do Tocantins (LIMA, 2015; SILVA, 2018). Esses movimentos fortaleceram e encorajaram os camponeses a reivindicarem políticas efetivas destinadas ao campo, incluindo principalmente a educação.

A implantação das EFAs surge da influência dos movimentos sociais no Tocantins, sendo imprescindíveis nesse cenário de luta, frente à realidade social e econômica do campo. Fato é que os embates fundiários nesse contexto foram extremamente violentos, marcando a década de 1980. O norte do estado do Tocantins, mais especificamente a microrregião do Bico do Papagaio e também municípios pertencentes à região do Médio Araguaia – Colinas do Tocantins, Colmeia, Pequizeiro, Juarina e Couto Magalhães, ficaram conhecidos nacionalmente pela violência no campo (LIMA, 2015). Nessas regiões estão situadas a EFA Padre Josimo do Bico do Papagaio, e a EFA Zé de Deus, respectivamente.

Na pesquisa empírica, realizada nas EFAs de Porto Nacional, Colinas do Tocantins, Esperantina e São Salvador, utilizou-se um questionário conforme a linha de pesquisa de Marconi (2010), a qual sugere a apreciação das perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha. O questionário foi aplicado aos professores de Geografia do Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio Integrado, para se compreender o que eles pensam em relação ao ensino de Geografia.

Considerando os entendimentos referenciados, esse estudo está sistematizado em duas partes que se complementam, tendo como propósito responder à pergunta principal que envolve a dimensão do ensino de Geografia e da relevância de sua prática.

Destarte, essa análise apresenta reflexões sobre a importância do ensino de Geografia na escola, o que nos levou a problematizar o tema do racismo ambiental. Ademais, sugere a possibilidade de comunicação da disciplina de Geografia com as instituições: Universidade, Seduc e as EFAs, para fortalecer a prática educativa.

ADENTRANDO A DISCUSSÃO

As práticas pedagógicas das escolas do campo devem relacionar a teoria e a prática, além de combinar a metodologia entre o processo de ensino e a capacitação, considerando sempre a realidade local como o alicerce para a aprendizagem. Nesse sentido, temos as práticas educacionais do campo, que se baseiam em princípios de respeito ao ambiente e de participação coletiva.

Nesse sentido, entende-se que a leitura geográfica pode e deve contribuir para ações antirracistas pelo entendimento da realidade, pois ela se preocupa com noções espaciais, temporais, fenômenos sociais, culturais e naturais, além disso, busca entender as relações do homem com a natureza. Diante do exposto, o processo educativo de formação para a vida acontece permeado pela necessidade de mudança advinda das rápidas e sucessivas transformações ocorridas na sociedade. Essa abordagem reflete a importância do ensino de Geografia para a efetivação da prática de ensino nas escolas.

Sabe-se que o meio ambiente é objeto de estudo de várias ciências, assim como também é objeto de estudo da Geografia. Conforme Mendonça (1998, p. 69), “a geografia é uma das muitas ciências que aborda o tema e, na medida do possível, tem procurado equacionar as questões atinentes ao assunto” (MENDONÇA, 1998, p. 69). Em vista disso, mesmo não sendo a única ciência que dá conta de toda a situação complexa que envolve os saberes sobre o meio ambiente, a Geografia vai além dos aspectos físicos e naturais.

Sobre isso, Mendonça (1998, p. 23) acrescenta que “a Geografia sempre teve atenção com o meio ambiente, pois sugeria desde a sua origem estabelecer relação constante de aprendizagem entre o homem e o seu meio natural”. Dessa forma, para o autor, o ensino de Geografia compreende a sociedade e o seu meio. Dentro dessa proposta, Suertegaray (2002) defende a prática de um pensamento conjuntivo, no qual o meio ambiente vai sendo refletido como ambiente por completo, visto que, em sua análise, isso exige a capacidade de entender as tradições sociais e os costumes dos povos envolvidos.

Sobre os conflitos ocorridos na região norte do Tocantins, Faria (2018, p. 54) considera dois fatores que os desencadearam: “uma ampla concentração de terras improdutivas e famílias migrantes que se encontravam à margem da obtenção da terra, vivendo em extrema mazela nas pequenas cidades do antigo norte de Goiás, hoje Tocantins” (LIMA, 2015; SILVA, 2018). Nesse sentido, é visível a redução das disputas na região norte do Tocantins, contudo uma mudança vem ocorrendo de forma tímida, por causa do surgimento de pequenos produtores incluídos pelo latifúndio, cuja pretensão é torná-los núcleo do agronegócio. Essa faceta afronta o camponês que tem seu trabalho baseado na mão de obra familiar.

Com o argumento de que colaborariam no desenvolvimento econômico e social do Estado, as grandes empresas do agronegócio se deslocaram para o Tocantins. Assim, para aquisição de créditos e suporte da administração pública, essas empresas estabeleceram-se no Estado e seus recursos financeiros foram ampliados através da ação predatória à natureza. Ações como essa são responsáveis pela transferência da população do campo para as cidades, pela concentração de riquezas e pela devastação ambiental. Como consequência da migração do camponês para as cidades, a mão de obra dos trabalhadores camponeses foi sendo desvalorizada, a oferta de trabalho reduzida, ao mesmo tempo em que a mão de obra se tornava desqualificada no mercado (FARIA, 2018).

Nesse contexto, Santos (2016) relata sobre as consequências do avanço da modernização agrária no Tocantins. Conforme o autor, esse avanço foi representado pela mídia de forma a atrair as empresas, com uma nova imagem do campo, combinada pela forma de ocupação e pela mudança na estrutura rural, socioeconômica, cultural e ambiental do Estado. Como forma de destacar os rendimentos econômicos do Estado, essas empresas ficaram subordinadas à política local e a sua dimensão produtiva e expansionista. No que diz respeito às questões ambientais, ignorava a preservação. Conforme Santos (2016), é assim que o estado do Tocantins vem se destacando desde a sua criação.

Assim, no contexto de luta e exploração, os sindicatos e os movimentos sociais foram imprescindíveis, fazendo a diferença no que os camponeses já conquistaram desde a década de 1980, até o presente momento. Por outro lado, essa luta é constante, acredita-se que há muito a ser feito ainda para essas comunidades.

EFAS E AS AÇÕES ANTIRRACISTAS

EFA de Porto Nacional

A EFA de Porto Nacional (TO), pioneira no Estado, foi uma iniciativa da organização não governamental da Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação – COMSAUDE e das Organizações das Comunidades Camponesas da região – Associações de Agricultores Familiares e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na busca por uma alternativa que resolvesse a carência de oferta educacional pelo poder público no município (TOCANTINS, 2020c).

Localizada na zona rural, no Km 3 da Rodovia TO-225, essa escola foi a experiência piloto de Escolas Agrícolas no estado do Tocantins. Dessa forma, em 31 de janeiro de 1994, surge a EFA de Porto Nacional, baseada na proposta desenvolvida no estado do Espírito Santo. Na ocasião, considerou-se a realidade da educação rural tocantinense para a sua implantação, sendo a primeira do Tocantins.

Muta (2002), em sua análise, especifica a diferença da criação da EFA de Porto Nacional, que surgiu em uma época independente à Igreja, da criação de outras escolas que por padrão mantinham vínculo com o Movimento Eclesiástico no processo de sua implantação.

A COMSAÚDE, num trabalho conjunto com os agricultores da região, conseguiu construir em 1986 o Centro de Tecnologias Alternativas – CTA, contribuindo assim com a formação dos agricultores e agricultoras familiares. De acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP, do CTA, desenvolveram-se diversas atividades: “cursos de agricultura orgânica, frutos nativos, sementes caboclas, novas tecnologias de custo acessível, cursos nas áreas de apicultura, olericultura, fruticultura, piscicultura, tração animal, políticas agrícolas, entre outros” (TOCANTINS, 2020c).

Apesar da boa aceitação das famílias de agricultores às atividades do CTA, a COMSAÚDE constatou-se que o êxodo rural continuava em alta, por causa principalmente da necessidade de escola para as crianças e para os jovens. Na época, o poder público municipal atendia a população do campo, na área de educação, apenas na primeira fase do Ensino Fundamental, anos iniciais, e usava o mesmo sistema de ensino das escolas da cidade. Ou seja, não atendia à realidade camponesa, como ocorre ainda na maioria das regiões (TOCANTINS, 2020c).

Ademais, foi detectado o avanço da agricultura moderna, pela qual alguns agricultores deixaram a agricultura familiar para obter uma grande produção. Esses agricultores foram estimulados pelos incentivos bancários à compra de máquinas pesadas, sementes, adubos sintéticos e agrotóxicos, resultando na aceleração do desmatamento do cerrado. Esse processo deixou muitos agricultores

endividados, a ponto de perder a própria terra, além, é claro, de não ter levado em consideração o cuidado com o meio ambiente e com as pessoas que viviam no campo (TOCANTINS, 2020c).

Diante desses problemas e com apoio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES, membros da COMSAUDE idealizaram a educação proposta pelas EFAs. Então, em 1993, utilizando-se da estrutura do CTA e com o intuito de possibilitar a formação dos jovens camponeses do município de Porto Nacional, a COMSAUDE viabilizou uma discussão com o poder público e entidades ligadas ao campo, para discutir sobre a fundação da primeira EFA no estado do Tocantins. As atividades educativas dessa EFA, portanto, tiveram início em 1994, objetivando a formação de jovens que repassariam aos seus pais os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da comunidade local.

A EFA de Porto Nacional tem como referência educacional as ideias de Paulo Freire, em *A Educação como Prática de Liberdade* (1969). Nessa obra, Freire sustenta que o aluno aprende mais com a prática do diálogo, da leitura, em torno da sua realidade. Ele desenvolveu um método de alfabetização dialética e de acordo com a comunicação simples das pessoas. Não se trata, contudo, de uma fórmula pronta, mas sim de instrumento democrático.

Nesse sentido, a partir dessa proposta pedagógica, procura-se responder aos anseios dos educandos e de suas famílias, com o desenvolvimento de ações práticas pedagógicas que visem à conscientização voltada ao pleno exercício da cidadania. Essa ação se dá com a oferta do Ensino Fundamental, anos finais, e Ensino Médio Integrado em Agropecuária e Agroindústria (TOCANTINS, 2020c).

Nesse contexto, os estudantes são provenientes de 22 municípios, com representações praticamente de todas as regiões do Estado. Os familiares desses jovens vivem em pequenas propriedades no campo, com aproximadamente 48 hectares, trabalhando principalmente com agricultura e pecuária de subsistência, como produções de arroz, milho, mandioca, feijão e criações de bovinos, suínos e aves. No entanto, esses familiares encontram muitos entraves para que a condição de vida se torne viável no campo (TOCANTINS, 2020c).

A matriz curricular do Curso Técnico em Agroindústria, integrado ao Ensino Médio, está adaptada às necessidades das famílias agricultoras, ao mercado da região, às exigências observadas nas determinações legais presentes nos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio e no Documento Curricular do Tocantins, bem como ao PPP da referida instituição. A matriz proposta possui uma carga horária de 3.820 horas, incluindo 200 horas de Estágio Técnico, Metodológico e Social Supervisionado.

Quadro 1 - Identificação do Curso Técnico, 2021.

Identificação do curso	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio
Habilitação	Técnico Agropecuária/Agroindústria
Carga Horária	3.620 horas/aulas
Estágio Supervisionado	200 horas/aulas
Total	3.820 horas/aulas

Fonte - Projeto Político Pedagógico, 2020.

A EFA atende jovens camponeses – filhos daqueles que labutam diariamente com a terra – os quais cursam o Ensino Médio integrado ao Técnico em Agropecuária e Agroindústria com o intuito de fortalecer seus laços familiares. Com isso, a Escola tem buscado envolver o máximo da comunidade escolar nas atividades práticas, por intermédio de projetos: Projeto Centro de Capacitação de Jovens da Agricultura Familiar – CEJAF, Projeto Rádio Campo Aberto, Projeto Olimpíadas da Escola Família Agrícola de Porto Nacional – OLIMPEFA, Encontro de Formação das Famílias, e Projeto de Fortalecimento dos Cursos Técnicos.

EFA Zé de Deus

A EFA Zé Deus é denominada Escola Estadual Família Agrícola e está localizada na zona rural de Colinas do Tocantins, situada na Rodovia CTO-40, Km 4. Ela foi fundada em 21 de fevereiro de 2000, logo após o encontro entre Eduardo Manzano Filho, representante da COMSAÚDE, e Movimentos Sociais locais. Na oportunidade foram discutidas as dificuldades das famílias que viviam em assentamentos e em pequenas propriedades rurais, sem acesso a escolarização para os filhos.

O número de assentamentos e propriedades rurais em Colinas do Tocantins e regiões próximas eram fatores relevantes para a instalação de uma nova escola agrícola no Tocantins. Com isso, foi manifestado o interesse de anunciar à administração pública municipal a proposta de criação de outra EFA (TOCANTINS, 2020a).

Em março de 1999, a EFA de Porto Nacional disponibilizou um monitor e dois professores para um levantamento *in loco*, juntos aos pequenos agricultores, de Colinas do Tocantins e região, esclarecendo sobre as vantagens de uma escola apropriada aos camponeses naquela região. Com disposição em ajudar, os profissionais enviados realizaram reuniões em vários municípios, levantando dados de jovens dispostos a dar sequência nessa modalidade de ensino (TOCANTINS, 2020a).

Dado início aos trâmites formais, em julho do mesmo ano foi realizada uma assembleia geral com todos os interessados na aprovação do estatuto da escola. Nesse ínterim foi criada a Associação de Pais e Estudantes da Escola Família Agrícola – APEEFA, passo importante para o funcionamento legal da escola.

Com a oferta do Ensino Médio, a administração municipal passa a responsabilidade da EFA Zé de Deus para a rede estadual de ensino. Com essa transição, a escola consegue atingir um número maior de municípios. Em 2020 foram matriculados 183 alunos provenientes dos municípios de Colinas do Tocantins, Barra do Ouro, Itaporã, Bandeirante, Nova Olinda, Pequizeiro, Palmeirante, Couto Magalhães, Bernardo Sayão, Juarina, Itapiratins e Tupiratins (TOCANTINS, 2020a).

Os projetos da EFA Zé de Deus são atividades permanentes que envolvem os componentes curriculares e os temas geradores, com o objetivo de contemplar a educação para o trabalho e para a cidadania. Os principais projetos em execução são o Projeto de Trabalho Prático, o Projeto Trabalho Diário e o Projeto Profissional do Jovem.

Esses projetos têm espaços dentro do PPP e suas ações são desenvolvidas de forma transversal nas disciplinas curriculares. Nessa perspectiva, os instrumentos pedagógicos conseguem envolver a comunidade escolar favorecendo a participação ativa dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos importantes na construção dos saberes.

Quadro 2 - Identificação do curso Técnico, 2021.

Identificação do curso	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
Habilitação	Técnico Agropecuária
Carga Horária	3.620 horas/aulas
Estágio Supervisionado	200 horas/aulas
Total	3.820 horas/aulas

Fonte - Projeto Político Pedagógico, 2020.

No presente momento, a EFA de Colinas é a única do Estado autorizada a funcionar, somente na modalidade Ensino Médio Técnico, conforme relatório disponibilizado pelo Sistema de Gerenciamento Escolar – SGE, 2020. No mais, o curso recebe os filhos de agricultores, chacareiros e produtores da Agricultura Familiar dos mais diversos municípios da região. Eles buscam aprofundar as experiências de suas realidades e do seu meio, interagindo com as atividades do meio agropecuário, com ética, responsabilidade social e ambiental.

EFA José Porfírio de Souza

A EFA José Porfírio de Souza foi inaugurada em dezembro de 2015 e está localizada na zona rural de São Salvador, no Km 20 da Rodovia TO-387. Essa escola surgiu a partir dos anseios das famílias prejudicadas pela construção da Usina Hidrelétrica em São Salvador. Após serem fixadas em outro local, as famílias se aproximaram do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o qual intercedeu no acordo entre elas e a empresa que administrava a Usina. Havia sobretudo a necessidade de construção de uma escola voltada para os interesses dessas famílias, de forma a reparar o dano causado pela Hidrelétrica. Nessa perspectiva, a obra *Pedagogia da Alternância* (1994) é a base para o ensino na respectiva escola (TOCANTINS, 2020d).

O MAB desenvolve alguns trabalhos com as famílias – reassentadas, assentadas, ribeirinhas, de pescadores, quilombolas, extrativistas – atingidas por construções de barragens. O movimento tem desenvolvido cursos de agricultura orgânica, frutos nativos, sementes caboclas, novas tecnologias de custo acessível; e cursos nas áreas de apicultura, olericultura, fruticultura, piscicultura, tração animal, políticas agrícolas, dentre outros.

A EFA José Porfírio de Souza oferece Ensino Fundamental, anos finais, e Ensino Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, são atendidos 178 alunos, de cinco municípios, todos de famílias impactadas de alguma forma pela construção da usina na região sul do Estado (TOCANTINS, 2020d). O público atendido por essa escola tem como fonte de renda a agricultura familiar de subsistência, caracterizando-se como comunidade camponesa e/ou sujeitos de pequenas cidades. Dessa forma, a escola consegue o maior envolvimento da comunidade em seus projetos em execução, a exemplo do Projeto Consciência Negra, Semana da Cultura, Projeto Avançando na Leitura e Escrita, Projeto SAF, Sistema Agroflorestal e Projeto Feira de Ciências.

Além desses projetos, estão sendo implantados na escola, para os anos seguintes, o Projeto da Horta Mandala, o Projeto do Viveiro, o Projeto Biodigestor – dispositivo que pretende inovar a técnica da escola transformando as fezes dos suínos em gás de cozinha –, a coleta semanal do lixo em parceria com a Prefeitura do Município, o embelezamento do espaço escolar, com jardinagem; e o reforço escolar no contra turno (TOCANTINS, 2020d).

Quadro 3 - Identificação do Curso Técnico, 2021.

Identificação do curso	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
Habilitação	Técnico Agropecuária
Carga Horária	3.620 horas/aulas
Estágio Supervisionado	200 horas/aulas
Total	3.820 horas/aulas

Fonte - Projeto Político Pedagógico, 2020.

Os estudantes atendidos nesta escola são moradores de pequenas cidades, residentes de várias comunidades do campo, nas regiões sul e sudeste do estado do Tocantins, como também do Goiás. Ou seja, são oriundos de reassentamentos, assentamentos, quilombolas e pequenas propriedades da região, sendo filhos de pequenos agricultores e da classe trabalhadora que exerce atividades para subsistência.

Desse modo, a EFA tem a pretensão de, ao término do curso técnico, possibilitar aos estudantes a prática dos saberes aprendidos na escola, de forma compromissada com as causas sociais e ambientais.

EFA do Bico do Papagaio Padre Josimo

A EFA do Bico do Papagaio Padre Josimo está localizada no Km 126 da Rodovia TO-201, no município de Esperantina. O desejo de implantação desta EFA surgiu em 2006. Sua implantação foi

resultado de um processo lento, com enfrentamentos organizados por movimentos sociais, sindicais e associações locais, até a sua concretização. A EFA do Bico do Papagaio é a mais jovem do Estado, em funcionamento. Foi inaugurada no final de março de 2016 e tem como base a agricultura familiar.

Por ser uma escola que possui como base a agricultura familiar, a EFA do Bico do Papagaio conta com a presença de estudantes filhos de pescadores e quilombolas. Uma situação que merece atenção é o fato de alguns estudantes apresentarem quadros de desmotivação, indisciplina e reprovação; situação que pode prejudicar sua aprendizagem (TOCANTINS, 2020b).

A EFA Padre Josimo oferta o Ensino Fundamental, anos finais, e o curso Técnico em Agroecologia. Os estudantes são filhos de agricultores, pertencentes a 11 municípios da região do Bico do Papagaio. Esses agricultores têm suas histórias intimamente ligadas aos movimentos sociais do Bico do Papagaio; ao reivindicarem uma escola que ofertasse ao trabalhador rural ensinamentos que consideram as particularidades do camponês, entendendo a educação como um instrumento de mudança social, especialmente para a região em que vivem (TOCANTIS, 2020b).

Logo, o curso Técnico em Agroecologia privilegia o conhecimento agrário, possibilitando aos estudantes compreender o funcionamento da prática agrícola, para a aplicação de técnicas agroecológicas nas suas comunidades.

Quadro 4 - Identificação do Curso Técnico, 2021.

Identificação do curso	Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio
Habilitação	Técnico Agroecologia
Carga Horária	3.620 horas/aulas
Estágio Supervisionado	200 horas/aulas
Total	3.820 horas/aulas

Fonte - Projeto Político Pedagógico, 2020.

A EFA Padre Josimo atende adolescentes, jovens, assentados, pequenos proprietários, dentre outros. O público alvo, pois, são agricultores familiares com idade entre 11 e 25 anos, da região do Bico do Papagaio. A vulnerabilidade socioeconômica alcança os jovens dessa região, que muitas vezes concluem o Ensino Médio e migram para outras regiões do país, especialmente centro-oeste e sudeste, em busca de trabalho. Essa ideia é algo presente na vida dos alunos e/ou população desses municípios (TOCANTIS, 2020b).

Diante disso, a agroecologia pretende, nessa comunidade, estreitar relações entre o homem e seu espaço natural, num trabalho voltado para a sustentabilidade, procurando reduzir os impactos no ambiente, expandir a produção agrícola e ao mesmo tempo, fixar esses jovens em suas comunidades.

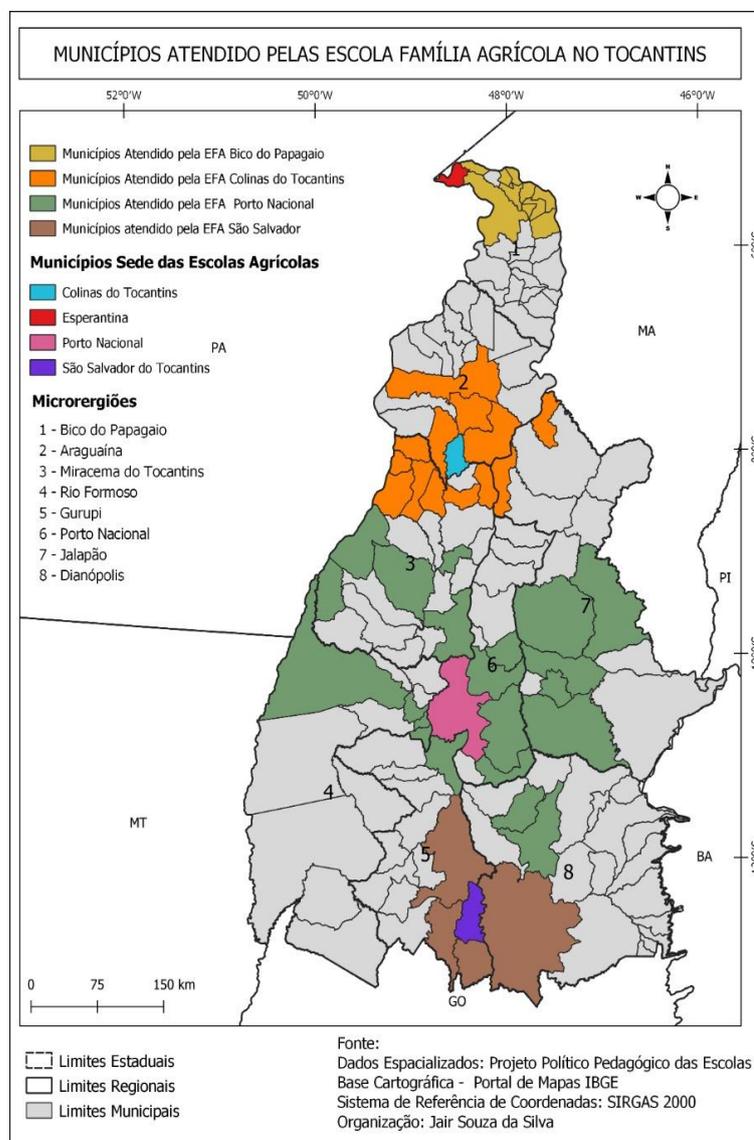
Nessa conjuntura, compreender agroecologia é entender que se refere à agricultura, numa perspectiva ecológica, como uma semente crioula contendo saberes locais de agricultores e agricultoras de anos de adaptação a cada ambiente específico. A agroecologia é um projeto de transformação social e de respeito à diversidade para garantir acesso democrático aos alimentos, redução das desigualdades sociais, promoção da saúde coletiva e ambiental.

Agroecologia nas EFAs é caracterizada pela utilização de mão de obra familiar, que produz na sua própria comunidade, focada em servir somente as suas demandas familiares. Destarte, essas são algumas das características do trabalho das EFAs como possibilidade de substituir o modelo antigo de agricultura, pautado na degradação desenfreada dos recursos naturais, para um novo padrão de produção agrícola que procura manter o equilíbrio ecológico.

Visto assim, a trajetória dessas escolas, desde sua criação, é marcada pelo processo de luta por direitos. As EFAs são resultados de imposições dos trabalhadores do campo, movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamental solidário à origem dos camponeses. Entendendo que a Educação do Campo é a continuação e parte da luta pela terra, nessa conjuntura, primeiro se luta

pela terra e quando adquirida, luta-se pelo atendimento essencial e assegurado pelo Estado, como forma de garantir aos trabalhadores do campo moradia fixa e auxílio básico de saúde, educação e transporte (SILVA, 2018).

Figura 2 - Municípios de origem dos estudantes das EFAs (TO), 2021.



Fonte - Autores, 2021.

Percebe-se na Figura 2 que os estudantes não medem distância ao escolherem estudar nas EFAs. Observa-se também que a oferta de matrículas contempla todas as regiões do estado do Tocantins. Para melhor compreensão do exposto, fez-se o uso do mapa do Tocantins com a localização dos municípios sede das EFAs, bem como dos municípios que atendem os alunos interessados nas modalidades de ensino ofertadas.

As EFAs estão situadas na zona rural, sob responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado, na modalidade Educação do Campo, pertencendo à esfera do governo Estadual. Elas possuem autonomia, por terem sido fundadas de forma desvinculada do poder público, funcionando sob a filosofia da Pedagogia da Alternância.

No ano de 2020, as EFAs atingiram o número total de 787 estudantes matriculados, contemplando 51 municípios, dos 139 do Estado, conforme apresenta a Tabela 1:

Tabela 1 - Atendimento de alunos nas EFAs por município, 2021.

ALUNOS ATENDIDOS PELAS ESCOLAS FAMILIAS AGRÍCOLA NO ESTADO DO TOCANTINS EM 2021 NAS RESPECTIVAS REGIÕES E SEUS MUNICIPIOS							
São Salvador	Alunos	Bico do Papagaio	Alunos	Colinas do Tocantins	Alunos		
São Salvador do Tocantins	61	Iguatins	11	Barra do Ouro	05	Araguacema	02
Palmeirópolis	22	Augustinópolis	22	Nova Olinda	21	Puim	04
Peixe	20	Axixa do Tocantins	10	Palmeirante	05	Palmas	10
Jaú do Tocantins	36	Praia do Norte	10	Colina do Tocantins	65	Porto Nacional	68
Paraná	45	São Sebastião do Tocantins	14	Presidente Kennedy	22	Silvanópolis	03
		Carrasco Bonito	08	Couto Magalhães	17	Monte Carmo	074
		São Miguel do Tocantins	23	Araguaína	05	Aparecida do Rio Negro	01
		Araguatins	31	Itaporã do Tocantins	10	Novo Acordo	05
		Sampaio	10	Tupinatins	06	Ponte Alta	10
				Itapiratins	11	Lizarda	06
				Pequizeiro	05	Natividade	03
				Bernardo Sayão	13	Fátima	05
						Oliveira de Fátima	03
						Dois irmãos	03
						Fortaleza do Tabocão	04
						Nova Rosalândia	05
						Lagoa do Tocantins	04
						Miracema do Tocantins	04
						Rio Sono	45
						Brtejinho de Nazare	05
						Caseara	03

Fonte - Autores, 2021.

Observa-se que as EFAs atendem uma parte significativa de municípios do Estado. Levando em consideração a origem desses estudantes, é importante destacar que, desses municípios, o maior número de estudantes matriculados provém dos municípios sede.

As EFAs visam ofertar educação de qualidade, inovadora e transformadora, pois entendem que a participação é uma necessidade fundamental do ser humano. Desse modo, concorda-se com a análise de Demo (1996, p. 28), ao afirmar que “o verdadeiro conhecimento é aquele construído com o esforço próprio, através da preparação pessoal”. Nesse sentido, as EFAs vêm proporcionando aos estudantes e à comunidade escolar ações práticas que visam desenvolver experiências que apontam a direção de uma sociedade consciente e sustentável.

Para ampliar o acesso da população negra e indígena tocantinense à educação formal, foi fundamental nesse percurso a construção de projetos pelos quais se poderia acessar alguns programas disponibilizados pelo Ministério da Educação – MEC. Com isso, a escola dobrou a capacidade de atendimento, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, Programa Escola Ativa e Programa Projovem Campo – Saberes da Terra. Além dessas ações, foi elaborada a Proposta Curricular em apoio às EFAs vinculadas à Seduc (TOCANTINS, 2020c).

Conforme estrutura curricular vigente, o Ensino Fundamental possui uma carga horária de 4.160 horas e o Ensino Médio Integrado possui carga horária de 3.820 horas, incluindo 200 horas de Estágio Supervisionado.

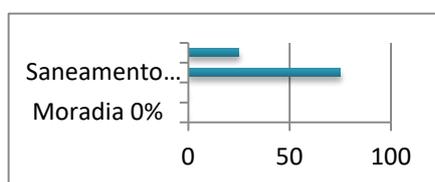
Considerando todas as modalidades, aproximadamente 70% dessa carga horária se dá no espaço educativo e 30% no espaço familiar e comunitário. Tomando-se por base os documentos legais, a equipe constrói o calendário escolar, o qual é apresentado à Seduc para aprovação, uma vez que não seguirá o padrão oficial do Estado, pois precisa atender as peculiaridades e demandas da escola sem comprometer o cumprimento dos dias letivos.

O calendário escolar das EFAs compõe 40 semanas letivas para cada modalidade de ensino – Ensino Fundamental, anos finais, e Ensino Médio, integrado ao Técnico –, compreendendo 20 semanas letivas (100 dias) trabalhadas no Tempo Escola; e 20 semanas letivas (100 dias) trabalhadas no Tempo Comunidade. A Resolução CNE/CEB Nº1/2006 reconhece os dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nas escolas com esse regime.

REALIDADE AMBIENTAL

No intuito de entender e conhecer melhor a realidade das escolas e sua infraestrutura básica para a garantia de qualidade do ensino e da vida em comunidade escolar, perguntou-se quais temas interferem direta ou indiretamente na qualidade de vida das famílias e da escola.

Figura 3 - Problemas ambientais que interferem na qualidade de vida da comunidade escolar, 2021.



Fonte - Autores, 2021.

Observando a Figura 3, percebe-se que 75% dos professores afirmam que a falta de saneamento é o problema que mais interfere na qualidade de vida da comunidade escolar. Desse modo, é importante

ressaltar que essa resposta sobre a falta de saneamento na comunidade escolar evidencia as mazelas vivenciadas pelos estudantes das EFAs, realidade já discutida nessa pesquisa.

Sabe-se que a falta de saneamento básico coloca em risco a saúde de toda comunidade escolar. Em razão da exposição a esses locais, algumas doenças ocorrem com frequência, como por exemplo: Disenteria Bacteriana, Febre e Cólera; além do agravamento das epidemias tais como a Dengue. Conforme destacado por Ferracini (2021, p. 12) a respeito da EFA DE Porto Nacional,

A mesma está localizada a dez quilômetros do centro da cidade de Porto Nacional e a quatro quilômetros do último ponto de água ofertada pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. O fato de não haver água tratada ou esgoto estaria ligada a uma política de gentrificação e higienista do poder público? Em 27 anos de vida, a negação do poder público em oferecer serviços básicos de saúde reforça o racismo estrutural e institucional presente no Brasil.

A ausência de saneamento e água tratada na escola demonstra o racismo presente em Porto Nacional. O conceito de saneamento é trazido sob o olhar geográfico para falar da complexidade do racismo e das desigualdades raciais no Brasil. Pode-se dizer que questões de saneamento para os estudantes passam por relações de poder, política, cultural e não apenas econômica como salienta o poder público. Os impactos dessa situação são alarmantes para esse cenário, contribuindo tanto em propagações de doenças quanto na má distribuição de renda e condições de acesso a direitos, bens e serviços.

É visível, portanto a ausência de investimento em serviços básicos, favorecendo essas mazelas. Tais efeitos afrontam a sociedade e implicam imprescindibilidade de acesso a saneamento mínimo, por parte do governo, devido aos custos. Investir em tais recursos significa garantir o bem-estar da população e gerar desenvolvimento no país.

Mesmo diante de tantos desafios, as EFAs têm se desenvolvido, atendendo a comunidade camponesa. O método de alternância semanal reduz a distância que os alunos teriam que percorrer diariamente, caso não houvesse a escola agrícola. Isto permite que eles possam estudar e continuar em suas comunidades, junto de suas famílias. Nesse formato conseguem ter maior aprendizado, pois estão em constante interação com suas realidades locais, favorecendo também outras concepções de lutas e direitos.

De acordo com Chaves (2017) e Silva (2018), faz-se necessário firmar a proposta de formação por temas e conteúdos que integrem os espaços e tempos formativos diferentes. Dessa forma, o estudante pode realizar os seus estudos tanto na escola quanto na sua propriedade. Além disso, em tempo integral, diferentes instrumentos pedagógicos podem ser utilizados no processo de ensino-aprendizagem.

Em razão do regime duplo, em uma semana, os alunos do Ensino Fundamental realizam o Tempo Escola e, na semana seguinte, é a vez do Ensino Médio. Enquanto um grupo está na unidade escolar, o outro está no meio socioprofissional e familiar, isto é, no Tempo Comunidade.

Ainda em Chaves (2017, p. 106-107), é explicitado que as EFAs se orientam pelo método da alternância, construído com base nos anseios da comunidade escolar, e envolve a participação direta dos estudantes e suas famílias. É nesse momento de debate que a escola faz suas reflexões, e procura se adequar aos interesses camponeses.

Nessa perspectiva, o método da alternância se torna um caminho viável de ensino-aprendizagem. Como mostra Gimonet (2007), em seus estudos, esse método facilita o conhecimento dinâmico, que ocorre em espaços diferentes e alternados. Logo, por meio das vivências diárias, valoriza-se uma aprendizagem fundamentada em conhecimentos de saberes locais e ações que proporcionam a comunicação entre observação e vivência. Esse método permite que os estudantes tragam seus conhecimentos da labuta do campo para o ambiente escolar, e carreguem o aprendizado alcançado para sua vida no campo.

O ensino integral nas EFAs proporciona o desenvolvimento de atividades formativas que favorecem a transformação da realidade. Assim, de posse do conhecimento dos seus direitos, os estudantes podem ser protagonistas da sua formação, atuando criticamente em defesa dos interesses da comunidade onde vivem.

Nas EFAs, o PPP é um elemento essencial no ambiente escolar, constituindo-se como instrumento norteador de toda a atividade pedagógica, da estrutura curricular, dos objetivos a serem alcançados

ao longo do ano escolar, bem como de todos os assuntos relacionados à unidade escolar. Nesse documento estão as intenções de ações que refletirão diretamente nos conteúdos escolares e deverão estar em conformidade com as questões sociais atuais. Nesse sentido, se toma por base, ainda, um aprendizado em que os estudantes possam exercer sua cidadania, levando em conta as expectativas da comunidade escolar e de todos que participam no processo educativo, enriquecendo a sua atuação na vida científica, cultural, social e política do Estado.

Baseado em Paulo Freire (2006), esse processo pedagógico parte do tema gerador, pré-estabelecido pela comunidade escolar, com o objetivo de estudar a realidade local, levantar situações significativas da realidade de cada comunidade, e sensibilizar para a criação, a comunicação, a observação, a participação, a discussão coletiva, a problematização, a produção, a pesquisa, o desenvolvimento pessoal, a construção dos saberes, enfim, a formação integral (TOCANTINS, 2020a).

Além dos instrumentos que norteiam todo o processo de ensino-aprendizagem e propostas curriculares nas EFAs, a exemplo do PPP, há também o Plano de Formação da Escola. Esse serve de guia para as experiências e atividades desenvolvidas pela escola (TOCANTINS, 2020c). Para tanto, os temas geradores são extraídos dos planos de formação e das temáticas das semanas de alternância. Esses temas, em geral, estão diretamente ligados às práticas da agricultura familiar e às experiências vividas pelos jovens em suas propriedades. Vale ressaltar que os conteúdos disciplinares são oferecidos de acordo com os temas geradores já definidos pela comunidade escolar, privilegiando a realidade de cada comunidade.

Os temas geradores possibilitam uma formação com vistas ao protagonismo, na medida em que desenvolve no jovem um olhar crítico sobre a realidade em que vivem, vislumbrando um futuro mais justo e sustentável. Assim, o exposto no PPP das EFAs nos faz entender que o ensino não se limita apenas ao espaço escolar, mas sim às trocas de conhecimento em espaços não escolares, cuja experiência é praticada em realidades sociais de suas próprias comunidades.

Os apontamentos sobre os conteúdos desenvolvidos pelas EFAs refletem as ideias defendidas por Pacheco e Grabowski (2012), quando apontam que os processos de aprendizagem, no formato integral, permitem uma formação baseada no contexto da realidade do aluno, de forma humana e técnica, possibilitando ainda crescimento sustentável.

Diante disso, valendo-se de um método específico e inovador, a Pedagogia da Alternância procura viabilizar o máximo de dados científicos sobre conhecimentos da vida cotidiana, por meio da sistematização da aprendizagem. Nesse sentido, é importante destacar que os projetos e a proposta curricular estruturam o eixo principal da escola, sendo instrumentos pedagógicos imprescindíveis para o planejamento e desenvolvimento de saberes nas EFAs.

Nesse sentido, a proposta curricular das EFAs reflete os princípios da Pedagogia da Alternância e busca efetivar definitivamente esse método no Estado. Por causa das inúmeras dificuldades enfrentadas no passado, a proposta procura alcançar, hoje, o maior número de estudantes possível.

Ressalta-se, nesse currículo, a valorização da identidade dos sujeitos, baseada nas questões próprias de sua realidade e o respeito aos seus conhecimentos. Nesse currículo é mantida a organização escolar – calendário, temporalidade, condições climáticas, fases do ciclo agrícola, trajetória da comunidade e formas de organização sociocultural típicas. Dessa forma, a presente proposta tem sentido integrador, cujos fundamentos e orientações curriculares partem desse panorama para a construção das informações escolarizadas.

Em suma, percebe-se que estas escolas procuram desenvolver a prática educativa de qualidade. Nos PPPs constam projetos pedagógicos, em desenvolvimento, pautados na vivência dos alunos. Bem como revelam (SILVA, 2010; MOLINA, 2009; MENEZES, 2002), a Pedagogia da Alternância tem se fundamentado nas experiências dos educandos do meio rural. Esse conceito é também definido por Queiroz (2004), Begnami (2004), Silva (2010) e Gimonet (1999) como um processo contínuo de aprendizagem, formação e desenvolvimento das atividades em espaços e tempos integrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, afirma-se que essa pesquisa começou com uma proposta de investigação do ensino de Geografia nas EFAs, no entanto na medida em que os estudos avançaram, compreendeu-se melhor a realidade de descaso e racismo ambiental em que estavam submetidas essas escolas. Diante

dessa realidade, surgiu outra perspectiva de educação, outra interpretação, outra leitura de mundo vivido pelos estudantes das EFAs.

Nesse cenário, a Geografia escolar, também inserida no currículo da Educação Básica, possui em seu rol de competências o fato de discutir a questão da sociedade e da natureza, assunto que pressupõe o debate sobre Geografia e o Racismo Ambiental. Entende-se que a leitura geográfica contribui com a leitura de mundo, pois se preocupa com noções espaciais, temporais, fenômenos sociais, culturais e naturais, buscando entender sobretudo as relações entre o homem e a natureza. Dessa forma, a Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar, se dispõe-se a contribuir com a formação de cidadãos críticos e que reconhecem a sua ação no mundo.

Diante do exposto, essa pesquisa intencionou uma maior aproximação da realidade das escolas e do ensino de Geografia, no sentido de refletir sobre a influência que os conteúdos ambientais possuem sobre a ciência geográfica, contribuindo com um estudo rico em conhecimento. Logo, o ensino de Geografia, possibilita um ensino-aprendizagem mais completo, por associar dois estudos fundamentais para a educação e a formação de um cidadão consciente do seu compromisso com o meio em que vive.

No mais, aos professores das EFAs que atuam na disciplina de Geografia, atribui-se aqui o papel dos saberes locais como um recurso metodológico para o seu trabalho no ensino de Geografia no combate ao racismo. Os conhecimentos dos alunos são utilizados pelos docentes para abordar as questões ambientais, visto que atualmente não recebem material pedagógico específico da Secretaria Estadual de Educação. Vale ressaltar que nem sempre a temática ambiental consta entre os alunos. Cabe ao professor a tarefa de selecionar o material adequado, atendendo aos objetivos desejados para cada temática; para isso o professor precisa ter conhecimento de alguns autores de referência na temática ligada às escolas. Por outro lado, diante do resultado do questionário aplicado nas EFAs, ficou constatada a falta de professores com formação em Geografia.

Diante disso, percebe-se que, para a melhoria da qualidade da Educação Básica, é fundamental o comprometimento do docente e, por isso, esse deve ser valorizado e incentivado pelos órgãos gestores e governamentais, visto que o docente é sujeito principal no processo de ensino e aprendizagem. Como destaca Freire (2004), em *Pedagogia da Autonomia*, é de extrema relevância as diversas características do educador, como disponibilidade para conhecer, comunicar, interagir, com o fito de ter consciência e idealizar o ato pedagógico dialógico e com senso crítico da realidade.

Destarte, vislumbra-se a continuidade dessa pesquisa, pois entende-se que o ensino de Geografia não se esgota, sendo um ato contínuo das escolas do campo. Como temas a serem aprofundados em pesquisas posteriores, acende a possibilidade de fortalecer o combate ao racismo ambiental nas EFAs do Tocantins.

AGRADECIMENTO

À Seduc – Secretaria de Educação do estado do Tocantins pelo afastamento remunerado para o desenvolvimento do Mestrado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. das N.; MELLO, C. C. do A. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009, 160 p.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

BEGNAMI, J. B. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. **Revista da Formação por Alternância**, Brasília: UNEFAB, 2006, n. 3. p. 24-47.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CHAVES, K. M. da S. **Educandos e camponeses: a dinâmica do Tempo Comunidade dos estudantes da Escola Família Agrícola de Porto Nacional, Tocantins – Porto Nacional, TO**. 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins, 2017.

DEMO, P. **Educação e desenvolvimento**. Papirus, 1996. 96 p.

- FARIA, R. J. de. **O ensino de História no contexto da pedagogia da alternância**: um estudo da Escola Família Agrícola de Porto Nacional. 2018. 234 f. Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2018.
- FERRACINI, R. Aprendendo Comsaúde, Ensinando Semdoença e Equidade Racial. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 206–224, 2021. <https://doi.org/10.5216/ag.v15i3.68063>
- FREIRE, P. **A Educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- _____. **A Pedagogia da Alternância**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de educação e orientação. *In*: Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento Salvador. **Anais [...]**. UNEFAB, 1999.
- GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.htm>, acessado em 20 de junho de 2022.
- LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo, SP: Cortez, 1999.
- LIMA, E. A. de. **A luta pela terra na região norte de Goiás**: assentamento Juarina (1968–1988). 2015. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Go, 2015.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo, Contexto, 1998.
- MENEZES, R. R. **Pedagogia da alternância e novo paradigma educativo**: estudo comparativo entre os quatro pilares do movimento EFAS e os saberes necessários à educação do futuro. Portugal, Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- MOLINA, M. C. **Educação do Campo e formação profissional**: a experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: MDA, 2009.
- MUTA, A. P. N. **Agricultor Técnico X Técnico Agrícola**: os desafios da educação rural na escola família agrícola de Porto Nacional. 2002. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2002.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio negro brasileiro**: o processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 1980.
- PACHECO, L. M. D.; GRABOWSKI, A. P. N. A Pedagogia da alternância e o enfrentamento das situações problemas no meio rural: a visão do egresso da casa familiar rural de Frederico Westphalen. *In*: **IX ANPED SUL** – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- QUEIROZ, J. B. **Construção das escolas famílias agrícolas no Brasil**: ensino médio e educação profissional. Soc. estado. Brasília, v. 19, n. 1, p. 253-254, June 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org>. Acesso em: 15 abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922004000100016>
- SANTOS, R. de S. A reestruturação territorial do Tocantins e seus desdobramentos socioespaciais: um convite para a reflexão. *In*: PEREIRA, A. J.; ANDRADE, A. L. R. P. (Orgs.). **Construindo cidadania através dos conhecimentos diversos e multidisciplinares**. Goiânia: Kelps, 2016. p. 203-235.
- SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SILVA, L. H. Concepções & Práticas de Alternâncias na Educação do Campo: Dilemas e Perspectivas. **Revista Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVII, v. 17, n.º 18, p.180-192, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br>. Acesso em: 27 abr. 2021. <https://doi.org/10.14572/nuances.v17i18.760>

SILVA, A. R. A educação do campo e o ensino de geografia: reflexões a partir de experiências em escola família agrícola. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 8, n. 15, p. 87-108, jan./jun., 2018. <https://doi.org/10.46789/edugeo.v8i15.459>

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?). In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: ed. da UFPR, 2002, p. 111-120.

SUERTEGARAY, D. M. A. Questão ambiental: produção e subordinação da natureza. In: SILVA, J.B; LIMA, L. C; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

TOCANTINS (Estado). **Documento Curricular do Tocantins** – DCT, Seduc, 2019.

TOCANTINS (Estado). **Projeto Político-Pedagógico** – PPP da Escola Família Agrícola de Colinas do Tocantins. Colinas Tocantins – TO: 2020a.

TOCANTINS (Estado). **Projeto Político-Pedagógico** – PPP da Escola Família Agrícola de Esperantina. Esperantina – TO: 2020b.

TOCANTINS (Estado). **Projeto Político-Pedagógico** – PPP da Escola Família Agrícola de Porto Nacional. Porto Nacional – TO: 2020c.

TOCANTINS (Estado). **Projeto Político Pedagógico** – PPP da Escola Família Agrícola de São Salvador. São Salvador – TO: 2020d.

Recebido em: 06/05/2022

Aceito para publicação em: 06/07/2022